



Senadores buscam acordo sobre financiamento de campanhas



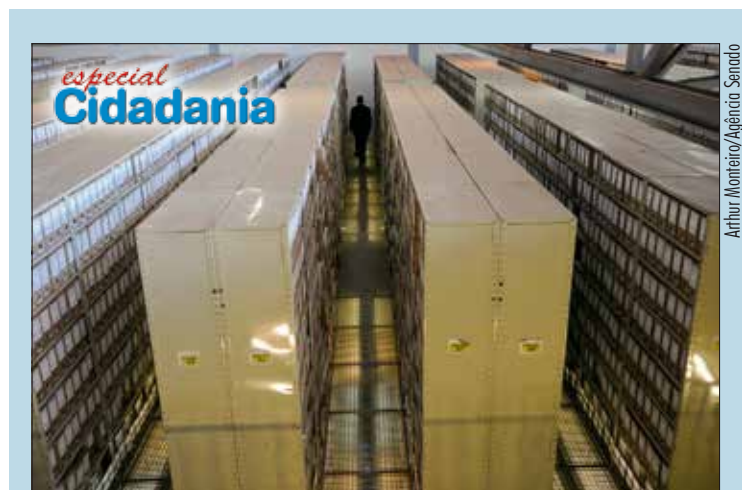
Moreira Matiz/Agência Senado

Sessão temática de hoje pretende facilitar votação de projetos que já estão na pauta, como o que propõe proibição de doação de empresas a candidatos e partidos

Financiamento exclusivamente público, contribuição máxima de R\$ 10 mil por pessoa física e fim das doações por meio de publicidade são algumas das propostas que serão debatidas hoje em Plenário. Os temas ainda não foram votados por falta de consenso, mas são considerados prioritários. — Há uma cobrança

enorme da sociedade para que o Parlamento se posicione sobre isso — afirmou o presidente do Senado, Renan Calheiros. A pauta da semana inclui ainda outros itens de reforma política, como o projeto — já aprovado em primeiro turno — que proíbe coligações partidárias nas eleições de vereadores e deputados federais, estaduais e distritais. **3**

A discussão do financiamento exclusivamente público de campanhas eleitorais começou em sessão do Plenário no dia 17



Arthur Moreira/Agência Senado

especial
Cidadania

Processos acumulados em tribunal: nova legislação prevê regras modernas

Novo Código de Processo Civil dá rapidez aos tribunais

Proposta de reformulação nasceu no Senado e entrará em vigor daqui a um ano. Com o novo CPC, a conciliação e a media-

ção ganham prioridade e as ações passam a ser julgadas em ordem cronológica, afastando influências indevidas. **4 e 5**



Gerardo Magela/Agência Senado

Paulo Paim (C) preside a audiência pública interativa motivada pelo Dia Mundial do Autismo, que ocorrerá em 2 de abril

Famílias cobram mais atenção a autistas

A lei da Política Nacional de Proteção dos Direitos do Autista, regulamentada no ano passado, não vem sendo aplicada

na íntegra, segundo participantes de audiência pública promovida ontem pela Comissão de Direitos Humanos. **8**

Presidente do Banco Central fala hoje no Senado sobre inflação **7**

Marco Legal da Biodiversidade pode ser votado em duas comissões **8**

Parlamentares querem ajudar a disseminar a ciência no Brasil **6**

Dilma diz que, após sanção, Orçamento sofrerá corte "significativo" **7**

Ministro do Supremo defende "banho de ética" no poder público **2**

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI
Estatuto da Juventude

Liberdade é ter autonomia

Os jovens sonham ser livres e independentes. Por isso, o Congresso Nacional aprovou o Estatuto da Juventude, que permite a você que tem entre 15 e 29 anos viver com mais autonomia.

É a lei ajudando os jovens a alçar voos cada vez maiores.

saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraelei

Ministro do Supremo Tribunal Federal falou em evento voltado para parlamentares em primeiro mandato. Ele afirmou aos novatos que o Legislativo não pode se submeter ao Executivo



O ministro do Supremo Marco Aurélio Mello (3º à esq.) participa do seminário realizado no Instituto Legislativo Brasileiro

Para Marco Aurélio, falta ética a homens públicos

O MINISTRO MARCO Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu a necessidade de “um banho de ética” nos homens públicos no Brasil, ao falar no 2º Seminário de Assuntos Parlamentares, promovido ontem pela União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale), na sede do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).

— A nós, do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, cabe servir à sociedade, e não se servir do cargo — disse.

Marco Aurélio defendeu o fortalecimento do Legislativo, que “precisa assumir o papel que lhe cabe”. Segundo ele, o Congresso “não pode estar subordinado ao Executivo”. Aos deputados, ele afirmou:

— Vocês prestam contas não ao Executivo, mas ao povo brasileiro, aos contribuintes.

O ministro fez uma análise do momento atual no Brasil,

“uma quadra muito estranha”, e se perguntou o que deveria ser feito. Ele próprio respondeu que não é o caso de mais leis ou mais emendas à Constituição, “que deveria ser um documento mais estável”.

— Precisamos é de homens públicos que observem o cumprimento das leis que já existem — afirmou.

Leis inconstitucionais

O ministro aproveitou para chamar a atenção dos deputados para a quantidade de leis inconstitucionais produzidas pelas assembleias, além da Câmara, do Senado e das câmaras municipais.

Indagado sobre a reforma política, Marco Aurélio não deu ao tema maior importância:

— Não teremos melhores dias se nos apegarmos apenas ao aspecto formal.

De acordo com o ministro, mais relevante é avançar em

termos culturais, voltando os olhos para a educação.

O seminário, promovido pela Unale com o apoio do ILB, do Programa Interlegis e da Associação Brasileira de Escolas do Legislativo e de Contas (Abel), foi direcionado sobretudo para os deputados estaduais de primeiro mandato.

A abertura foi feita pelo primeiro-secretário do Senado, Vicentinho Alves (PR-TO):

— A carreira política é feita de altos e baixos, o importante é o desejo de acertar e que cada um faça a sua parte.

A programação do seminário incluiu palestras de cunho técnico, cujo objetivo foi capacitar os deputados e assessores para o melhor exercício do mandato. Os consultores do Senado Paulo Henrique Soares e Rogério de Melo Gonçalves abordaram a estrutura do processo legislativo e noções básicas de técnica legislativa.

Senado homenageia Ordem DeMolay

Valdir Raupp (PMDB-RR) e os participantes da homenagem feita ontem no Plenário à Ordem DeMolay destacaram a importância das atividades sociais da instituição. As campanhas para doação de sangue e medula, as ações em prol de pessoas carentes, órfãs e idosas e o apoio à educação pública foram citados na sessão.

— Num momento em que instituições estão em crise e em amadurecimento, essa celebração é oportuna. Por isso, é um dia especial para o Parlamento: dedicar parte do tempo para jovens que lutam por uma sociedade melhor, mesmo contra todas as adversidades — disse o senador.

O grande mestre nacional do Supremo Conselho da Ordem DeMolay para o Brasil, Rodrigo Cesar Cardoso, lembrou que o jovem DeMolay é “diferenciado”, pois dele é cobrado desde os 12 anos “caráter e retidão”.



Raupp (C) conduz sessão, entre integrantes da Ordem DeMolay e da Maçonaria

Ele fez um apelo aos senadores: — Peço a cada senador que lute por um país com menos corrupção e mais educação. Que cobre atitudes.

O grão-mestre do Grande Oriente do Distrito Federal, Jafé Torres, disse que a juventude tem compromisso com o país: — Os DeMolays estavam nas ruas nas manifestações do dia 15. Temos que participar da condução do país. A Maçonaria

não pode ser omissa nem a Ordem. Queremos fazer o diferencial para que netos e bisnetos não digam que fomos omissos.

Fundada nos EUA em 1919, a Ordem DeMolay chegou ao Brasil em 1980. É apoiada pela Maçonaria e dedicada à formação social e espiritual de jovens de 12 a 21 anos. A sessão, proposta por Raupp, celebrou o Dia do DeMolay (18 de março).



Desde ontem, a Senado Galeria é ocupada pela mostra *Bolhas*, com 65 desenhos do estudante Augusto Corrêa, de 14 anos, que tem síndrome de Down. A exposição é apoiada por Otto Alencar (PSD-BA). A ação lembra o 21 de março, Dia Mundial da Síndrome de Down.

Medeiros elogia Programa Antártico

José Medeiros (PPS-MT) elogiou o Programa Antártico Brasileiro, que desenvolve pesquisas de fundamental importância. O senador, que visitou recentemente a Antártida em missão parlamentar, chamou



a atenção para as dificuldades do trabalho no continente gelado. Ao opinar que o conhecimento é a saída para a crise, pediu revisão no Orçamento para que mais verba seja destinada à pesquisa.

Lídice analisa queda no número de filhos

Lídice da Mata (PSB-BA) citou pesquisas que revelam que está caindo significativamente o número de filhos por mulheres em todas as classes sociais e em todas as regiões do país. Ela afirmou que isso é con-



sequência do avanço da educação feminina. — A queda no número de filhos facilita a ampliação do investimento por criança. Isso pode resultar no aumento de vagas em escolas de tempo integral — destacou.

Raupp pede urgência para PEC do ICMS

Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu urgência para a votação da Proposta de Emenda Constitucional 7/2015, sobre o comércio eletrônico. A PEC nasceu no Senado, foi aprovada em fevereiro pelos deputados e agora precisa ser votada de novo pelos senadores.

O ICMS de produto vendido por internet e telefone fica no estado-sede da loja virtual. A proposta muda isso, dividindo o ICMS entre estado de origem e o estado em que mora o consumidor, progressivamente, até que, em 2019, fique todo no estado consumidor.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Sessão temática

11h Sessão temática sobre financiamento de campanhas. Às 14h, sessão plenária.

PRESIDÊNCIA Financiamento público

10h Recebe representantes dos aeronautas e, às 10h30, o ministro do STJ Luís Felipe Salomão. Às 11h30, participa de sessão temática sobre financiamento de campanha e, às 12h30, do lançamento da *Agenda Legislativa da Indústria 2015*. Às 14h, recebe o ministro Mauro Vieira e, às 15h30, representantes do setor de telesserviços. Às 16h, preside a ordem do dia.

CCT Biodiversidade

9h Análise do Marco Legal da Biodiversidade.

CMA Novo Marco Legal

9h Discussão do projeto do Marco Legal da Biodiversidade.

CAE Diretrizes da economia

10h Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, discute política monetária.

CPI DO HSBC Eleição do presidente

10h15 Instalação da CPI que investigará contas de brasileiros no HSBC da Suíça.

CE Cultura acessível

11h Na pauta, o projeto que obriga empresas beneficiadas pela Lei Rouanet a darem contrapartida social.

CRE Audiência com ministro

14h30 A comissão faz audiência pública com o chanceler Mauro Vieira.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Plenário discute financiamento de campanha

Com vários projetos de lei sobre o assunto na pauta e nenhum consenso, Senado decide promover debate final entre todos os senadores antes de levar tema à votação

O SENADO FAZ hoje, às 11h, sessão temática para discutir o financiamento das campanhas eleitorais, tema que está na pauta do Plenário com projeto de lei que estabelece o financiamento público exclusivo (PLS 268/2011).

A maioria dos parlamentares criticou o financiamento exclusivamente público e apontou como alternativa o modelo misto, no qual é possível alcançar um equilíbrio entre as dotações oriundas dos recursos públicos, via Fundo Partidário, e a contribuição de pessoas físicas, sem participação das empresas privadas (como é permitido hoje).

No entanto, não houve acordo para votação da proposta e os líderes partidários, com o presidente do Senado, Renan

Calheiros, decidiram fazer a sessão temática. O presidente acrescentou que será garantida a participação de todos os senadores que quiserem falar e que todos os projetos relacionados ao financiamento — independentemente de serem de financiamento privado, público ou misto — constarão da pauta da sessão temática.

— Há uma cobrança enorme da sociedade para que o Parlamento se posicione sobre isso — declarou Renan.

Propostas

Além do PLS 268, também tramita na Casa o Projeto de Lei do Senado (PLS) 47/2015, que propõe o fim da doação de empresas a partidos e candidatos e determina limites



Renan (C) lembrou que "há uma cobrança enorme da sociedade para que o Parlamento se posicione sobre isso"

de contribuições de pessoas físicas: R\$ 10 mil para campanhas de candidatos e R\$ 50 mil para partidos. Conforme a proposta, de autoria de Jorge Viana (PT-AC), esse valor

deverá ser atualizado a cada eleição.

Outra proposta que deve ser discutida na sessão é o substitutivo ao PLS 60/2012, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que proíbe doações de empresas em dinheiro, ou por meio de publicidade, a candidatos e partidos políticos.

Originalmente, a proposta da senadora proibia apenas a oferta de recursos por empresas com dirigentes condenados em instância final da Justiça por corrupção ativa. O substitutivo, aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), é de Roberto Requião (PMDB-PR)

e altera o Código Eleitoral (Lei 9.504/1997).

— Esse é o projeto fundamental da reforma eleitoral, pois dá sentido aos clamores da população. O financiamento de pessoa jurídica para campanha é o que tem originado toda a corrupção que se levanta no Brasil hoje — afirmou o senador.

Como tramitam no Senado várias propostas com teor semelhante, diversos senadores chegaram a sugerir ao presidente Renan Calheiros o apensamento de algumas matérias, isto é, a incorporação ao mesmo projeto de várias proposições semelhantes sobre um mesmo tema.

Fim das coligações terá nova votação

A reforma política segue dominando a pauta do Plenário nesta semana e a primeira proposta na fila é a PEC 40/2011, do ex-senador José Sarney, que restringe as coligações partidárias. A proposta foi aprovada em primeiro turno e precisa ser votada novamente antes de seguir para a Câmara. Pelo texto, as

coligações valerão somente para eleições majoritárias (presidente, governador, senador e prefeito), sendo vedada para os cargos de vereadores, deputados federais, estaduais e distritais.

A justificativa é de que nas eleições proporcionais, em que o número de votos do partido conta mais que o

do candidato, as coligações muitas vezes são feitas apenas por conveniência. O objetivo, usualmente, é aumentar o tempo de propaganda no rádio e na TV e permitir que partidos menores atinjam o quociente eleitoral — ou seja, o número mínimo de votos para um partido (ou coligação) eleger um parlamentar.

Para Collor, procurador-geral faz prejulgamento de suspeitos

Fernando Collor (PTB-AL) criticou a atuação do procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Segundo o senador, Janot tem dito que já estão prontas as denúncias que vai apresentar como desdobramento da operação Lava-Jato — antes mesmo das conclusões das diligências e das investigações iniciais.

— O fato é que o ilegal conceito do prejulgamento já está arraigado em sua covarde essência e em seus ilegítimos propósitos.

Na visão do senador, a estratégia de Janot é jogar a população contra os supostos envolvidos, sem aos menos dar-lhes a chance de defesa.



Reformas aproximarão o povo da política, afirma Bezerra

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) defendeu a realização de reformas para que o povo se aproxime da política e os jovens tenham interesse em discutir o tema não só no período eleitoral, mas também no dia a dia.

O senador disse que desde 2013, com as jornadas de junho, a pauta da reforma política vem sendo reivindicada pelos brasileiros, o que mostra que estão interessados na boa política.

— O diálogo com a sociedade é baixo, distanciando a classe política da população. O distanciamento favorece uma cultura política baseada no assistencialismo, prática tão antiga quanto prejudicial à nação.



Ana Amélia diz que verba para partidos não deve ser elevada

Ana Amélia (PP-RS) criticou o aumento de recursos no Orçamento de 2015 para os partidos, aprovado na semana passada pelo Congresso. Ela está entre os senadores que assinaram o documento que pede à presidente Dilma Rousseff que veto o aumento do Fundo Partidário.

— Não é hora de passarmos a mão no dinheiro público para engrossarmos o caixa dos partidos, por maior que seja a legalidade da operação. São quase R\$ 600 milhões. É dinheiro que está faltando em muitos setores cruciais para a população. Eu só citaria a saúde; não precisa nem ir para a questão da educação, da logística e de tantas outras.



Capiberibe pede veto a Fundo Partidário maior

João Capiberibe (PSB-AP) informou que um grupo de senadores enviou carta à presidente Dilma Rousseff pedindo que ela veto o aumento de verbas para o Fundo Partidário — de R\$ 289 milhões, subiu para R\$ 867 milhões —, aprovado semana passada pelo Congresso Nacional.

Capiberibe considera um contrassenso, em tempos de ajuste fiscal, o Congresso aumentar os recursos destinados aos partidos, lembrando que, se a presidente não vetar esse aumento, o governo terá que tirar dinheiro de outra área para garantir o aumento do Fundo Partidário.



Alvaro Dias comenta pesquisa Datafolha

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que o momento atual revela o amadurecimento político dos brasileiros, inclusive dos que votaram em Dilma Rousseff nas eleições do ano passado.

Para o senador, isso fica evidente nos resultados da pesquisa Datafolha, publicados no domingo, mostrando que 74% dos que votaram em Dilma no segundo turno das eleições acreditam que ela sabia das irregularidades na Petrobras.

— Ninguém é eleito para não saber. Quem se elege, se elege para saber. A obrigação é saber — afirmou Alvaro.



Gurgacz endossa fala do papa Francisco

Acir Gurgacz (PDT-RO) leu declarações que o papa Francisco fez na Itália, quando condenou a corrupção, afirmando que essa prática é suja e fede.

O senador disse que o papa afirmou ainda que só a boa educação pode fazer com que a sociedade utilize o caminho do bem e se afaste da corrupção.

— Essas palavras servem para todo o Brasil neste momento de crise política e econômica que atravessamos e que também é, na essência, uma crise moral, alimentada pela corrupção que insiste em contaminar a vida das pessoas, das empresas e da gestão pública.



Agripino vê inação do governo na crise

“O Brasil está virando chacota em programas de televisão no exterior devido aos problemas na economia e aos escândalos na Petrobras”, lamentou José Agripino (DEM-RN). Ele citou um programa de entrevistas norte-americano e jornais estrangeiros, como o mais importante diário britânico, o *Financial Times*.

— Uma inflação que vai chegar aos 8%, preços dos combustíveis lá em cima, a energia elétrica infernizando a vida das pessoas, o dólar nas alturas, um país inquieto com o desemprego. Tudo isso criando um clima de inquietação diante da inação do governo.



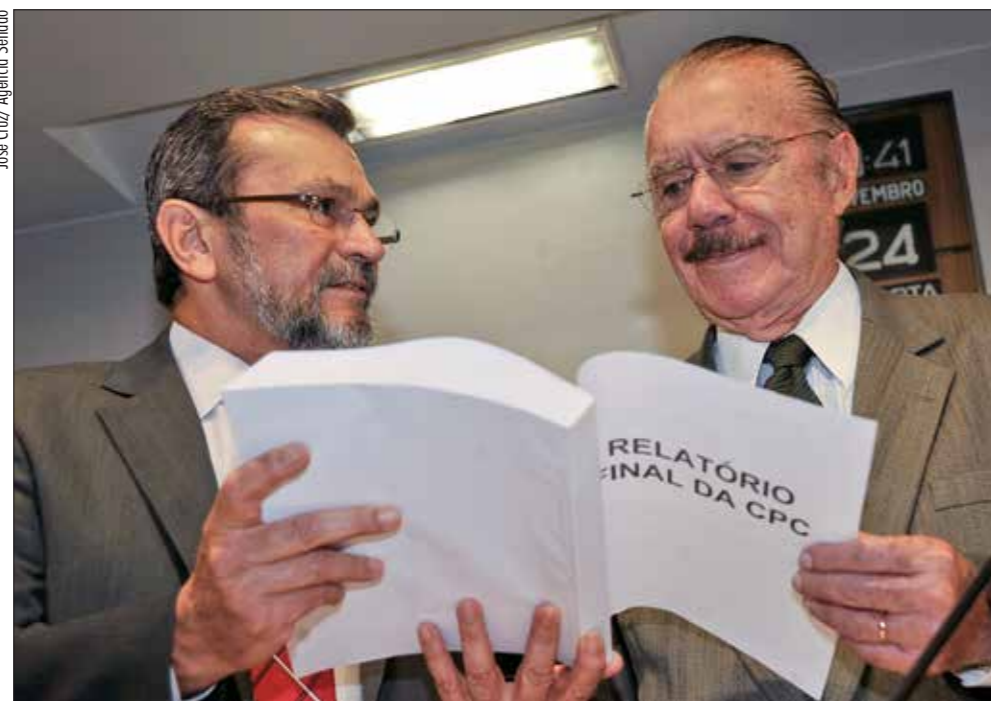
Novo Código de Processo Civil abre portas para uma Justiça mais ágil e descomplicada

Texto poderá reduzir a duração dos processos à metade do tempo atual, que varia entre dois e oito anos, segundo estudos. Atualização foi proposta pelo Senado e teve a participação de juristas e da sociedade

Gorette Brandão

UM NOVO TEMPO está chegando para quem precisar bater as portas do sistema judiciário na tentativa de solucionar conflitos e proteger direitos. A partir de 17 de março de 2016, começa a vigorar o novo Código de Processo Civil (CPC), a Lei 13.105/2015. Sancionado neste mês, depois de cinco anos de tramitação no Congresso, o texto traz inovações que devem agilizar decisões judiciais que hoje se arrastam por anos.

— Com o novo código, teremos procedimentos descomplicados e Justiça mais célere, com claros ganhos para o cidadão brasileiro — comentou o presidente do Senado, Renan Calheiros, em solenidade recente.



Os então senadores Valter Pereira e José Sarney analisam em 2010 uma primeira versão do texto, que, após passar por novas análises, deu origem ao Código sancionado pela Presidência da República e elogiado por Renan

Calheiros. Ao fim da sessão do Senado que concluiu a votação do novo código, em 17 de dezembro, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux ressaltou que as inovações podem reduzir a duração dos processos a cerca de metade do tempo atual.

Estudos indicam que o período processual leva, em média, de dois a oito anos no país, mas pode superar uma década em questões mais complexas.

O texto elimina recursos que hoje dilatam a duração dos processos e impõe custos advocatícios adicionais na fase recursal para desestimular aventuras judiciais e litigância de má-fé.

As partes poderão firmar acordo em torno de procedimentos que hoje são rígidos, ajudando a destravar os processos. E o estímulo ao uso de instrumentos eletrônicos deve potencializar a velocidade de muitos atos.

A conciliação e a mediação ganharão protagonismo. Os tribunais terão de criar centros específicos para que as partes, em audiências prévias, sejam estimuladas a buscar acordo antes de o processo correr. Hoje esses mecanismos são usados de modo esporado. Mesmo assim, a experiência mostra bons resultados na prevenção de litígios, que sempre custam tempo, dinheiro e desgaste emocional.

Outro avanço é um mecanismo que permitirá aos tribunais adotar uma mesma decisão para causas iguais, às vezes dezenas de milhares de processos.

O chamado instrumento de resolução de demandas repetitivas deve assegurar rápido desfecho para questões judiciais de massa, como processos previdenciários e cobranças de telefonia, planos de saúde, água e luz.

O Código de Processo Civil regula a organização e a tramitação das ações judiciais em direito civil, o mais abrangente em toda a legislação. Diz respeito aos interesses dos indivíduos desde antes do nascimento e até mesmo depois da morte, por meio dos sucessores nos direitos e obrigações. Orienta questões de família e do campo tributário, empresarial e de consumo, entre outros.

Congresso vai analisar 7 vetos da Presidência da República

Após sancionar o novo CPC, em 16 de março, a presidente Dilma Rousseff vetou sete trechos do texto, entre os quais o artigo que permitia a conversão da ação individual em coletiva.

O Congresso terá que avaliar ou não as mudanças feitas pela presidente, o que deverá ocorrer até 17 de abril (até 30 dias depois da leitura em Plenário da mensagem de veto).

Se o prazo não for respeitado, a pauta do Congresso ficará truncada. A derrubada de um veto exige a maioria absoluta em cada uma das Casas (257 votos na Câmara e 41 no Senado).

Sistema judiciário terá um ano para se adequar às mudanças

A partir de agora, o sistema judiciário deverá se empenhar em capacitar seus quadros para o cumprimento das novas regras processuais e para implantar os centros de conciliação e mediação nos tribunais.

Advogados, promotores e defensores públicos, entre outros agentes do sistema, também precisam de tempo para se adaptar. Por isso, foi fixado o prazo de um ano para o início da vigência do novo código.

O novo CPC é resultado de um trabalho que uniu o esforço de juristas, de parlamentares e da sociedade. Em 2009, o então presidente do Senado, José Sarney, tomou a iniciativa de propor a modernização do código atual, que entrou em vigor em 1973.

Sarney instituiu uma comissão de juristas para elaborar o anteprojeto, presidida pelo agora ministro do STF Luiz Fux — na

época, integrante do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A proposta foi convertida no PLS 166/2010, inicialmente analisado por uma comissão especial de senadores. Acolhido pelo Plenário, o texto seguiu para a Câmara, que sugeriu modificações e o devolveu ao Senado para decisão final. Aprovado novamente pelos senadores em dezembro, o projeto foi enviado à sanção presidencial.

Ao entrar no ordenamento jurídico do país, assim que foi publicado, o novo CPC se transformou no primeiro dos códigos de processo civil editado em plena vigência de regime democrático.

O código que sai de cena no próximo ano, quando o novo CPC começa a vigorar, é de 1973, período da ditadura militar. O anterior, de 1939, foi criado durante o Estado Novo.

Ainda antes, no Império, toda a legislação sobre o assunto foi reunida na Consolidação das Leis do Processo Civil, por meio de resolução de 1876.

O CPC atual recebeu mais de 60 alterações desde que entrou em vigor há 42 anos. Mesmo assim, não respondia aos desafios de uma sociedade que ficou mais complexa em suas relações.

— Chegara o momento de reformas mais profundas no processo judiciário, há muito reclamadas pela sociedade e especialmente pelos agentes do direito, magistrados e advogados — comentou Sarney em 2009, ao instituir a comissão de juristas para elaborar uma proposta de atualização.



Junta de conciliação no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul: acordos antes de processos deverão ganhar força com novo CPC

Menos recursos e mais acordos serão a regra

CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO
Os tribunais serão obrigados a criar centros para audiências de mediação e conciliação buscando incentivar a solução consensual dos conflitos. A audiência poderá se desdobrar em várias sessões. O juiz poderá fazer nova tentativa de conciliação durante a instrução.

AÇÕES DE FAMÍLIA
Processos de divórcio, guarda de filhos, pensão e paternidade, entre outros, terão rito especial. O objetivo é favorecer solução consensual com o auxílio de um mediador imparcial, durante audiência de conciliação, em tantas sessões quantas forem necessárias. O juiz poderá chamar outros profissionais — psicólogos, por exemplo — para ajudar na solução de casos mais conflituosos. Devedor de pensão, se reincidir, irá para a cadeia. Porém, deve ficar separado de outros presos.

JULGAMENTO POR ORDEM CRONOLÓGICA
Os juízes terão que seguir a ordem cronológica para julgar os processos a partir do momento em que os autos ficarem prontos para análise e decisão. Com isso, afasta-se qualquer tipo de influência indevida sobre a ordem dos julgamentos. Além disso, a pessoa que move ação sobre tema mais complexo não será prejudicada por decisão, por vezes adotada por alguns juízes, de antecipar o julgamento de processos similares sobre temas que já domine. Serão mantidas as prioridades já previstas em lei, como as ações propostas por idosos e portadores de doenças graves.

DEMANDAS REPETITIVAS
Uma nova ferramenta permitirá a aplicação da mesma decisão a milhares de ações iguais, caso de demandas previdenciárias ou contra planos de saúde, operadoras de telefonia e bancos, entre outras. As ações ficarão paralisadas na primeira instância até que o tribunal julgue o chamado incidente de resolução de demandas repetitivas, mandando aplicar a decisão a todos os casos idênticos.

ATOS PROCESSUAIS
O juiz e as partes poderão entrar em acordo em relação a certos atos e procedimentos processuais e alterar diferentes aspectos do trâmite do processo, para facilitar o andamento. Por exemplo, definir calendário para cumprir medidas destinadas a instruir o processo ou a responsabilidade pelo pagamento de perícia que deve produzir prova.

LIMITE AOS RECURSOS
Para evitar que continuem sendo instrumentos para retardar o fim dos processos, com o propósito de postergar pagamentos ou outras obrigações, o novo CPC extingue dois atuais recursos: embargos infringentes e agravo retido. Também delimita as hipóteses de admissão do agravo de instrumento, cabível contra decisões do juiz sobre questões que podem influenciar o direito das partes, mas que não encerram o processo.

MULTAS
As multas estão sendo reforçadas contra o abuso de recorrer e o uso de meios escusos com o objetivo de vencer a causa. Nessas hipóteses, hoje os valores estão limitados a 1% sobre o valor da causa. Com o novo CPC, o percentual será superior a 1%, podendo chegar a 10%, e agora sobre o valor corrigido da causa.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS
Os honorários devidos aos advogados pela parte vencida (sucumbência) passam a ser pagos também na fase de recursos. É medida que compensa o profissional pelo trabalho adicional que precisou fazer, mas que deve ainda ajudar a desestimular recursos protelatórios. Também foi estabelecida tabela para causas vencidas contra entes da administração pública, em resposta a queixas de que os juízes estipulavam valores iníquos. Como já acontece em alguns estados e municípios, os advogados públicos terão direito, além da remuneração do cargo, a ganhar sucumbência nas causas que vencerem. Forma e limites deverão ser

regulamentados em lei específica ainda a ser elaborada.

PRAZOS PROCESSUAIS
A contagem dos prazos será feita apenas em dias úteis e também ficará suspensa por um mês, a partir do fim de cada ano. Essa era uma antiga demanda dos advogados, que agora poderão contar com período de férias sem o risco de perder prazos. Os prazos para recursos, antes variados, serão agora de 15 dias. Somente os embargos de declaração terão prazo de 5 dias.

DEVENDOR
Nos casos que envolvam pagamento de valores, o condenado que deixar de cumprir sentença poderá ter o nome negativado, mediante inclusão em cadastro de devedores.

RESPEITO À JURISPRUDÊNCIA
Os juízes e tribunais serão obrigados a respeitar julgamentos do STF e do STJ. O juiz também poderá arquivar o pedido que contraria a jurisprudência, antes mesmo de analisá-lo.

PERSONALIDADE JURÍDICA
O novo código definirá procedimentos para a desconsideação da personalidade jurídica das sociedades, medida que pode ser adotada em casos de abusos e fraudes. Assim, os administradores e sócios respondem com seus bens pelos prejuízos. Hoje os juízes se valem de orientações jurisprudenciais ainda consideradas incompletas.

AMICUS CURIAE
Foi regulamentada a atuação do *amicus curiae* (em português, o amigo da corte) em causas controversas e relevantes. Trata-se de pessoa, órgão ou entidade que detenha conhecimento ou representatividade na discussão de um tema, que poderá ser chamada a colaborar com sua experiência no debate de uma questão em análise na Justiça.

Fora do texto

- Artigo 333 (veto integral), que possibilitava conversão de uma ação individual em coletiva. O Planalto argumenta que, da forma como foi escrito, o dispositivo poderia favorecer a conversão de "maneira pouco criteriosa".
- Artigo 1.055 (veto integral), que tratava do pagamento, por devedor ou arrendatário, dos tributos, multas e taxas sobre bens vinculados. Segundo o Planalto, isso poderia permitir interpretações equivocadas.
- Artigo 35 (veto integral), que impõe a carta rogatória como meio de cooperação entre órgãos jurisdicionais brasileiro e estrangeiro. Dilma informa que a carta poderia afetar a celeridade e a efetividade da cooperação.
- Artigo 515: veto parcial, para eliminar possibilidade de sentença do Tribunal Marítimo (órgão autônomo auxiliar do Judiciário), em julgamento de acidentes e fatos de navegação, se tornar título executivo judicial.
- Artigo 895: veto parcial a dispositivo que previa, na aquisição de bens penhorados por meio de prestações, aplicação de correção mensal pelo índice oficial. Para a presidente, a medida "potencializaria a memória inflacionária".
- Artigo 937: veto parcial impediu que a sustentação oral que advogado faça em julgamento seja admitida para todos os casos de agravo interno, recurso apresentado aos tribunais. Se adotada, a regra causaria lentidão processual.
- Artigo 1.015, que detalha questões em que se permite o agravo de instrumento contra decisões que não se referem à solução do processo. O veto, parcial, excluiu menção à conversão da ação individual em coletiva.

Sociedade encaminhou mais de mil sugestões

Participação em números

NO SENADO	NA CÂMARA
17 audiências públicas — Brasília e regiões	15 audiências públicas em Brasília
Mais de 240 documentos encaminhados por entidade do meio jurídico e de diferentes segmentos e outros 166 vindos de cidadãos	13 conferências regionais
Mais de 1.000 sugestões recebidas por link no Portal do Senado e pelo serviço Alô Senado (e-mail e 0800).	282 documentos com sugestões
	143 comentários
	90 propostas por e-mail

Saiba mais

Consultores analisam mudanças
<http://bit.ly/consultoresCPC>

Rádio Senado
Reportagem especial
<http://bit.ly/novoCPC01> (parte 1)
<http://bit.ly/novoCPC02> (parte 2)

Lei 13.105/2015
<http://bit.ly/Lei13105>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

País deve despertar para ciência, diz Cristovam

Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia afirma que o colegiado deve ajudar o Brasil a abrir as portas para o mundo do conhecimento e a disseminar o tema nas escolas

À FRENTE DA Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), Cristovam Buarque (PDT-DF) diz que nos próximos dois anos os 17 senadores do colegiado deverão ajudar o Brasil a abrir as portas para o mundo do conhecimento, da ciência, da tecnologia, da inovação e da competitividade.

Embora ainda ache cedo para definir com precisão os temas prioritários da CCT em 2015 e 2016, o senador previu que os eixos de discussão e de votação serão definidos nas próximas conversas com os colegas. Ele antecipou, contudo, temas importantes. Entre eles, nanotecnologia, biotecnologia, ciência do conhecimento, ciência e tecnologia para educação. Também garantiu que colocará na pauta de votação os projetos de incentivo ao desenvolvimento de novas fontes de energia, como o que prevê a produção de células e painéis fotovoltaicos, que transformam a energia do sol em energia elétrica.

Cristovam explicou que, além do trabalho burocrático de renovar as licenças de rádio e TV — atribuição terminativa da comissão —, os senadores da CCT terão por meta a disseminação de ciência e tecnologia para as escolas, desde a educação básica até os centros universitários de excelência em pesquisa.

— É preciso construir um sistema nacional do conhecimento e da informação, agregando educação de base, ensino superior, escolas técnicas e as empresas. Depois, criar uma consciência brasileira de interesse pela ciência. As pessoas não sabem,

não conhecem, não dão valor a seus cientistas. São capazes de citar vários jogadores de futebol, mas nenhum cientista brasileiro — lamentou.

Cristovam apontou a necessidade de selecionar os setores de ponta da ciência nos quais o Brasil precisa investir e advertiu que algumas políticas públicas precisam ser repensadas com urgência. Criticou, em parte, o Programa Ciência sem Fronteiras, cuja meta é enviar, até o final deste ano, 101 mil universitários para o exterior por um período pequeno durante o bacharelado. Para Cristovam, o dinheiro estaria mais bem empregado se o Estado, em vez de mandar cada aluno a um custo alto, pagasse a vinda de pesquisadores e professores universitários que pudessem dar aula para milhares de alunos nas universidades por mais tempo.

— A Universidade de São Paulo (USP) foi formada dessa maneira — disse, citando também, como exemplos, centros de excelência que deveriam ser multiplicados, como o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e Embrapa, além das diversas fundações de amparo à ciência.

Recursos

O senador contou que hoje os centros de pesquisa em universidades passam por duas grandes questões: uma é a falta de dinheiro para as pesquisas. A outra é a inconstância dos recursos. Na visão dele, a oscilação nesse caso é pior que a falta de dinheiro. Ele também fez um paralelo sobre a relação da universidade com o setor produtivo e lamentou ser ainda incipiente.



Projetos de incentivo a novas fontes de energia serão foco da comissão, antecipou Cristovam

Para ele, o método de ensino, a organização física das salas de aula, tudo precisa ser repensado, porque as escolas brasileiras estariam andando “de carruagem”. Os professores, segundo Cristovam, não precisam de quadro-negro, porque devem ser uma antena a captar informações.

— Nosso ensino de pedagogia é voltado para dentro das universidades, não para formar professores para a sala de aula. Os universitários estão mais

preocupados com pesquisas que sejam reconhecidas pela Capes, pensando em bolsas de estudo, do que com o desenvolvimento de métodos práticos e inovadores de ensino. E, com isso, temos a mesma dinâmica de sala de aula existente no século 19.

O senador também acha importante impulsionar a competitividade no ramo de inovação e criatividade. Ele sustentou que já não importa onde um item é produzido em massa, e sim onde está a tecnologia de criação daquele item.

— Não é competitividade para produzir mais e mais barato. Pouco importa se alguma coisa foi produzida no Brasil. O importante é coisas novas serem pensadas e criadas no país.

Atualmente o Brasil deixa de ser competitivo por falhas de produção e de logística, sustentou o senador. Além disso, afirmou, parte grande dos empresários prefere pagar royalties e comprar ideias grandes a investir na tecnologia para inventar. Exemplos disso seriam os segmentos dos laboratórios farmacêuticos e das montadoras de carros.

— É mais fácil comprar a fórmula do remédio pronta do que gastar tempo e dinheiro inventando remédios. Os empresários brasileiros, em geral, só gostam de produzir, mas não gostam de inventar. Compram robôs que produzem, mas não investem em invenção desses robôs, por exemplo.

Desde que Cristovam foi eleito presidente, em 3 de março, a CCT já teve uma reunião de votações e duas audiências públicas sobre patrimônio genético e biodiversidade em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente (CMA) e a Comissão de Agricultura (CRA).

Senadores podem analisar texto que tipifica o crime de terrorismo

O Senado deve votar nos próximos dias projeto que define o crime de terrorismo. A proposta, batizada de Lei Antiterrorismo, foi elaborada pela Comissão Mista de Consolidação de Leis e Dispositivos Constitucionais e apresentada no Congresso Nacional em novembro de 2013.

O texto (PLS 499/2013) tipifica como terrorismo o ato de provocar ou infundir terror ou pânico generalizado mediante ofensa ou tentativa de ofensa à vida, à integridade física, à saúde ou à liberdade de pessoa.

O crime terá pena de 15 a 30 anos de reclusão e de 24 a 30 anos se resultar

em morte. Também será inafiançável e insuscetível de graça, anistia ou indulto. O condenado por terrorismo só terá direito ao regime de progressão após o cumprimento de quatro quintos do total da pena em regime fechado.

Atualmente, o terrorismo está inserido na Lei dos Crimes Hediondos (Lei 8.072/1990), que o rege em vários aspectos, explicitamente reconhecidos na proposta em tramitação no Senado.

O PLS 499/2013 é visto com ressalvas pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Para a entidade, não há justificativa para que se promova a tipificação da conduta em lei específica.

Ministro debate hoje política externa e situação da Venezuela

Os rumos da política externa brasileira serão discutidos hoje pela Comissão de Relações Exteriores (CRE) e pelo ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira. As relações diplomáticas, a prestação de serviços consulares e a participação do Brasil nas negociações comerciais, técnicas e culturais com outros governos e organismos internacionais serão apresentadas pelo chanceler.

A democracia na Venezuela também deve ser um dos pontos abordados. O ministro deve ser questionado sobre o posicionamento do Brasil em relação

ao governo de Nicolás Maduro. Além disso, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) já avisou que pedirá uma estimativa do custo de cada embaixada brasileira.

A iniciativa do debate é do presidente da CRE, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). A reunião será às 14h30.

POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

▶ Envie sua pergunta ou sugestão:

• <http://bit.ly/audienciainterativa>
• Alô Senado: 0800 612211

▶ Portal e-Cidadania:

www.senado.leg.br/ecidadania

▶ Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal)

▶ Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

▶ TV: www.senado.leg.br/TV

▶ Taquígrafia:

<http://bit.ly/comissaoRelacoesExteriores>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Vicentinho Alves

Segundo-secretário: Zeze Perrella

Terceiro-secretário: Gladson Cameli

Quarta-secretária: Ângela Portela

Suplentes de secretário:

Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez

Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira

Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Serviço de Portal de Notícias: Rodrigo Chia

Coordenação de Edição: Sílvio Burl

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Presidente do Banco Central participa de audiência pública hoje, em comissão, para discutir perspectivas da política monetária diante da elevação dos preços acima da meta

Tombini avalia alta da inflação com senadores

COM A PRÉVIA da inflação de 12 meses em 7,9%, acima do teto da meta de 6,5%, o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, participa hoje, às 10h, de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para discutir as diretrizes, implementação e perspectivas da política monetária. O debate acontece na sala 19 da Ala Alexandre Costa.

Prevista no Regimento Interno, a reunião dará sequência a uma série de audiências sobre a crise econômica anunciada pelo presidente da CAE, senador Delcídio do Amaral (PT-MS). Para a terça-feira que vem, está prevista reunião



Tombini esteve no Senado em dezembro, quando já previu a alta da inflação

com o ministro da Fazenda, Joaquim Levy.

O Banco Central atribui a alta dos preços a dois processos. O primeiro é o realinhamento dos preços domésticos em relação aos internacio-

nais, em particular devido ao fortalecimento do dólar norte-americano contra várias moedas. Nesse caso, seria um fenômeno global. O segundo processo, na avaliação do Banco Central, é o realinhamento

dos preços administrados em relação aos livres.

Esses ajustes de preços, no entendimento do BC, fazem com que o pico da inflação ocorra no primeiro trimestre de 2015. O desafio, como assinalou o Comitê de Política Monetária (Copom), é evitar que as pressões detectadas em horizontes mais curtos “não se propaguem para horizontes mais longos”.

De acordo com o Copom, esse realinhamento de preços tornou “o balanço de riscos para a inflação menos favorável este ano”. Para o conselho, os ajustes de preços fazem com que a inflação se eleve no curto prazo e tenda a permanecer

elevada em 2015.

O Copom avalia que tem se fortalecido para o próximo ano o cenário de convergência da inflação para o centro da meta (4,5%). “Para o comitê, contudo, os avanços alcançados no combate à inflação — a exemplo de sinais benignos vindos de indicadores de expectativas de médio e longo prazos — ainda não se mostram suficientes”, afirma a ata.

A tendência de alta da inflação já havia sido prevista por Tombini na última audiência na CAE, em 16 de dezembro. Na ocasião, a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dos 12 meses anteriores era de 6,56%.

Dilma confirma cortes “significativos” nos recursos para o Orçamento deste ano

Na semana passada, quando o Congresso Nacional aprovou o Orçamento Geral da União para 2015, a presidente Dilma Rousseff informou que o governo fará um contingenciamento “significativo” nos recursos previstos. Segundo ela, é preciso fazer cortes para cumprir a meta do superávit primário.

— Assim que for sancionado, vamos fazer um contingenciamento que será significativo. Não será um pequeno contingenciamento — disse a presidente na sexta-feira, após participar de cerimônia no Rio Grande do Sul.

O Orçamento da União foi aprovado com quase três meses de atraso. A proposta deveria ter sido votada no fim do ano passado, para vigorar a partir de 1º de janeiro. Por falta de acordo, a votação foi adiada várias vezes. A matéria ainda precisa ser sancionada pela presidente.

— É fundamental que tratemos do contingenciamento porque temos um objetivo, que é fazer 1,2% de superávit primário. Para fazer isso, contamos com as medidas que enviamos ao Congresso e também com um processo de redução dos nossos gastos, o que só pode ser feito depois do Orçamento aprovado — acrescentou Dilma.

A presidente voltou a defender a agilidade na aprovação das medidas de ajuste fiscal propostas pelo governo. De acordo com ela, a aprovação é imprescindível para o país e permitirá que o governo, a economia e a sociedade saiam de uma situação de maior restrição.

— É necessário que se aprove o ajuste fiscal e que a gente use o Orçamento aprovado para fazer o contingenciamento. A partir daí, todas as demais medidas serão tomadas — concluiu.

Relator da MP, Eunício garante que correção da tabela do IR será preservada “na íntegra”

Relator da Medida Provisória (MP) 670/2015, que corrige a tabela do Imposto de Renda, o líder do PMDB no Senado, Eunício Oliveira (CE), garantiu que a medida passará pelo Congresso sem alterações. O reajuste da tabela do IR é resultado de negociações entre o Executivo e lideranças parlamentares.

— Avoquei a relatoria exatamente para cumprir o acordo que fizemos com a Presidência da República, com o ministro da Fazenda e com vários líderes da base do governo. A MP vai ser preservada na íntegra — declarou o senador.

O reajuste previsto na medida provisória é de 6,5% para as duas faixas de renda mais baixas e progressivamente menor para as demais. Eunício rechaçou qualquer possibilidade de alterações no teor do texto para a realização de um ajuste linear em todas em

faixas, como quer a oposição.

— Os primeiros itens da tabela, que atendem cerca de 17 milhões de brasileiros, já foram corrigidos pela inflação real. Vamos preservar aquilo que foi acordado no Congresso — disse.

A MP já começou a tramitar, a partir da instalação da comissão mista que fará a análise preliminar. A relatoria é de Eunício e o presidente do colegiado é o deputado Afonso Florence (PT-BA).



Eunício lembra que existe acordo da base do governo com o Executivo pela aprovação

Para Cristovam, é hora de o país decidir seus rumos

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que a discussão do Orçamento é o momento de fazer a revolução de que a sociedade brasileira precisa para que o país se desenvolva.

Com a definição da peça orçamentária, é possível concluir se o Brasil vai continuar privilegiando os mais ricos ou se vai priorizar os mais pobres, se vai continuar pagando dívidas do passado ou se vai investir no seu futuro, disse o senador.

Cristovam advertiu ainda que é preciso o entendimento de todos na discussão do que deve ser priorizado para evitar medidas equivocadas, como a recente aprovação do Orçamento com aumento do valor destinado aos partidos políticos ou um ajuste fiscal que prejudique a sociedade.

Ataídes diz que juros altos são um “remédio danoso”



Ataídes Oliveira (PSDB-TO) criticou a política de juros altos do Banco Central, que classificou como “um remédio danoso” para o combate à inflação. Ele lembrou que o Brasil tem os juros reais mais elevados do mundo e, mesmo assim, o Banco Central admite que a alta de preços continua fora de controle.

O senador chamou a atenção para os efeitos negativos dos juros altos sobre a produção, argumentando que nenhum setor da economia dá tanta rentabilidade quanto os títulos públicos.

Ele propôs medidas para reduzir o custo Brasil, combater a corrupção e equilibrar as contas públicas.

Amorim pede melhor gerenciamento dos recursos hídricos



Eduardo Amorim (PSC-SE) destacou em Plenário, ontem, a passagem do Dia Mundial da Água, comemorado no domingo. Ele ressaltou que a escassez de recursos hídricos já é realidade em diversas regiões do planeta e muitos países já registram problemas de abastecimento.

O senador cobrou melhoria no gerenciamento dos recursos hídricos no Brasil e defendeu experiências que favorecem a reciclagem ou reúso da água, a exemplo de iniciativas em vigor nos Estados Unidos, na Líbia e em Israel.

— Precisamos com urgência desenvolver projetos hídricos baseados em experiências que deram certo — afirmou.

Wellington destaca Fórum Mundial da Água em Brasília



Wellington Fagundes (PR-MT) lembrou que, até bem pouco tempo, a escassez de água parecia ficção, mas hoje é uma preocupação real, que deve estar presente nas discussões estratégicas sobre o futuro do país. Por isso, ele acha que o Fórum Mundial da Água, que ocorrerá em Brasília, em 2018, chega em boa hora.

O senador ressaltou que o Brasil abriga a maior bacia fluvial do mundo, mas, se continuar a usar a água de forma indiscriminada, a fonte poderá secar.

— Apesar de todo o potencial hídrico que temos, a qualidade da água que chega a nossos lares está cada vez mais comprometida — advertiu.

Hélio José defende ações para evitar desabastecimento



Hélio José (PSD-DF) defendeu investimentos na rede de captação e distribuição de água para evitar prejuízos futuros à população.

Para o senador, a falta de preservação dos mananciais começa a prejudicar o Distrito Federal. Ele afirmou que a ocupação desordenada do solo poderá prejudicar o abastecimento de Brasília.

Ele também saudou o Dia Mundial da Água, comemorado no domingo, ressaltando que o recurso é essencial para o desenvolvimento do país.

— Preservar nossos recursos hídricos é uma ação inadiável. São Paulo nos mostra o quanto podemos sofrer se não nos mobilizarmos já.

Centros de tratamento, profissionais capacitados e clínicas integradas foram algumas das reivindicações colocadas na reunião



Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Paulo Paim (C) conduz debate com representantes do governo do Distrito Federal e do movimento autista

Política Nacional do Autista é questionada em audiência pública

CENTROS DE TRATAMENTO especializado, profissionais capacitados e clínicas integradas com escolas foram algumas das reivindicações dos que participaram de audiência, ontem, sobre as políticas públicas para autistas. Promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), a audiência começou com um jovem autista cantando o Hino Nacional em homenagem ao Dia Mundial de Conscientização do Autismo, celebrado em 2 de abril.

O principal problema apontado pelos participantes foi que a Lei Berenice Piana, como é conhecida a Lei da Política Nacional de Proteção dos Direitos do Autista (Lei 12.764/2012), não é aplicada na íntegra. Ela foi regulamentada pelo Decreto 8.368/2014, que colocou os Centros de Atenção Psicossocial (CAPs), do Sistema Único de Saúde, como os responsáveis para o tratamento de autistas. Ocorre que esses centros tratam de pessoas com todos os tipos de transtornos mentais, incluindo problemas como o consumo abusivo de álcool ou drogas.

Para Tatiana Roque, enfermeira, mãe de autista e diretora do Movimento Orgulho Autista Brasil (Moab), e Lívia Magalhães, diretora jurídica do Moab, deveria haver centros especializados para tratar pessoas autistas no Brasil.

— É preciso cumprir a lei como ela foi escrita. O autista precisa do centro especializado, com equipe multidisciplinar. O CAPs atende vários outros tipos de patologias e síndromes, o que não seria específico para se tratar o autista. E hoje nós sabemos que o CAPs não tem condições de atender. A fila de espera é enorme e autista não pode esperar — disse Tatiana.

A enfermeira mostrou uma imagem de jovens autistas amarrados em camas em uma clínica em Alagoas.

— A família não tem condições de oferecer um tratamento adequado, o governo não ofereceu um tratamento. Não tiveram o diagnóstico precoce, não têm atendimento individualizado, não têm terapias. São medicados diariamente e amarrados. Essa cena é frustrante e me causa raiva — lamentou.

Representante da Diretoria de Saúde Mental da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, Simone Maria Guimarães expôs o trabalho do governo para me-

lhorar o atendimento de autistas. Mas Sibelle Vieira, mãe de autista, apontou problemas na oferta de vagas para estudantes com autismo, na qualificação dos profissionais e no atendimento na rede pública de saúde.

— Eu me senti ofendida como cidadã, como mãe. Não tem dentro do poder público alguém que ofereça o que foi dito aqui — desabafou.

Atuação conjunta

A diretora de Políticas de Educação Especial do Ministério de Educação, Martinha Clarete Dutra, afirmou que a nova legislação ajuda a fortalecer a inclusão das pessoas com transtorno do espectro autista, mas ponderou que a aplicação depende da União, dos estados e municípios.

— Não podemos deixar que nenhuma matrícula seja recusada, mas não basta ter matrícula, tem que ter atendimento. Hoje nosso grande desafio é esse pacto de atuarmos juntos, lá na ponta, para que todos tenham atendimento e venham para o sistema — disse Martinha.

Mas o decreto que regulamentou a lei é omissivo ao não especificar a formação necessária para os profissionais con-

tratados para acompanhar os autistas:

— Hoje algumas escolas acabam contratando estagiários, sem qualificação e sem preparo para lidar com o autista, na sala de aula. É muito importante que seja especificada a qualificação, que seja professor de ensino fundamental, com treinamento específico para lidar com o autista — acrescentou Lívia.

Um modelo de espaço que reúne saúde e educação com atenção qualificada para os autistas é uma clínica-escola pública criada no ano passado em Itaboraí (RJ). Fisioterapeutas, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais compõem a equipe multidisciplinar do local, resultado da persistência de Berenice Piana, que dá nome à Lei 12.764/2012.

— As mães são estimuladas. Elas participam de grupos, recebem orientação da melhor forma de cuidar dos seus filhos — assinalou Lívia ao elogiar a iniciativa da Prefeitura de Itaboraí.

A psiquiatra Gianna Testa acredita que o modelo ideal é a integração clínica-escola-família.

— Não adianta ter a clínica de referência se não está integrada à escola. Os professores precisam de ajuda.

“Acesso à medicação é muito importante”

Para Tatiana Roque, a falta de uma estatística oficial sobre o número de autistas no Brasil é um problema grave. Estima-se que haja 2 milhões de autistas no país, número que cresceu muito nas últimas décadas. Para Gianna Testa, o aumento do número de casos de autismo no Brasil se deve ao aumento da detecção da doença, que há 20 anos era praticamente nula.

— O autismo é uma síndrome que a gente consegue detectar até os 3 anos. Se o diagnóstico é precoce, a assistência tem que ser precoce. A gente pode intervir para que a criança tenha ganhos importantes em seu desenvolvimento — afirmou.

Ela explicou que não há medicação para autismo, mas há alguns remédios que são importantes para alguns sintomas. A médica relatou que no último sábado a mãe de um jovem autista ligou para ela dizendo que a secretaria só liberaria o

medicamento para esquizofrenia.

— Isso também é muito importante: o acesso à medicação — afirmou.

Tatiana Roque reclamou do veto da presidente Dilma Rousseff a um artigo da Lei Berenice Piana que concedia horário especial sem compensação para servidores públicos com filhos autistas. Ela explicou que os pais de autistas são sobrecarregados devido à atenção e ao tratamento que devem dar aos filhos.

— Tramita aqui no Senado um projeto de lei de autoria do senador Romário que prevê horário especial sem compensação para servidor público com filho ou cônjuge com deficiência. E eu gostaria de pedir a sensibilidade dos senadores para que essa proposta seja aprovada quanto antes, porque ela vai ajudar muitas famílias que têm pessoas especiais — afirmou.

Comissões retomam análise do Marco da Biodiversidade

Duas comissões podem votar hoje o projeto que institui o novo Marco Legal da Biodiversidade. A proposta, que simplifica o acesso ao patrimônio genético do país, tem o apoio do setor empresarial e de entidades de pesquisa, mas indígenas, ambientalistas e comunidades tradicionais pedem mudanças no texto.

Na semana passada, o relator do PLC 2/2015 na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Jorge Viana (PT-AC), participou de duas audiências públicas e ouviu argumentos de representantes do governo, do setor produtivo, da comunidade científica e dos povos tradicionais. O senador também se reuniu com esses grupos, no gabinete dele, para buscar o entendimento sobre o tema.

Viana entende que a nova lei representa uma oportunidade para corrigir distorções da legislação em vigor e para que o Brasil possa tornar-se protagonista na exploração sustentável do patrimônio genético.

Na avaliação de Telmário Mota (PDT-RR), relator da proposta na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), o texto atende demanda antiga da comunidade científica pela regulamentação do acesso aos recursos genéticos da Amazônia, com boas perspectivas para o país. Para o senador, contudo, o projeto ainda precisa ser aprimorado, sobretudo para assegurar a repartição adequada dos futuros benefícios com povos indígenas e comunidades tradicionais que já detêm o conhecimento milenar dos usos e da aplicação desse patrimônio.

— Povos indígenas e comunidades tradicionais se dizem excluídos do debate e da concepção da nova lei — disse o senador.

O novo marco vai substituir a MP 2.186/2001, que regulamenta a exploração da biodiversidade. Essa legislação é considerada um entrave à pesquisa de plantas e animais nativos e à transformação desse conhecimento científico em produtos comercializáveis.

A proposta já foi aprovada na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), com duas emendas de redação. Além da CMA e da CCT, a proposta está em análise nas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE). Como tramita em regime de urgência, precisa ser votada em Plenário até 10 de abril, para não trancar a pauta de votações.

O projeto já recebeu 116 emendas na CCJ, 5 na CRA e 4 na CAE e na CMA, a maioria visando a maior controle sobre o patrimônio genético e maior proteção do conhecimento tradicional. Se forem acatadas emendas de mérito, o texto volta ao exame da Câmara.